



MILITARES NO GOVERNO BOLSONARO

Jorge Oliveira Rodrigues
Davi Campos Matos

INFORMES TEMÁTICOS 2021

Organizadoras
Juliana Bigatão
Marina Vitelli



Observatório
Brasileiro de
Defesa e
Forças Armadas
EPPEN-UNIFESP



Nº 1
ANO 2021

Apresentação

O *Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas (ObDEF)* é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática. Trata-se do mais recente integrante da rede [Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas](#), coordenada pelo Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e entre seus campos prioritários de observação estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. Nesta publicação "Informes Temáticos", apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira ao longo de 2020, os quais foram identificados a partir da sistematização dos resumos semanais do "Informe Brasil". Tal publicação abarca o período de sete dias de trabalho de redatores e redatoras (de sábado à sexta-feira) e nele os materiais selecionados nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense são agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos, nos quais são destacadas as informações atinentes ao enfoque do *ObDEF*. Diferentemente dos resumos dos Informes, que reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, os "Informes Temáticos" tomam a grande imprensa como objeto de análise, com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como os veículos midiáticos constroem as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Assim, buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

Na produção dos "Informes Temáticos", contamos com o trabalho sério e competente de docentes e discentes da EPPEN-Unifesp e da Unesp-Franca e de pesquisadoras/es, pós-graduandos e pós-graduandas do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas.

Convidamos toda a comunidade para apreciar os "Informes Temáticos" dos oito temas de maior destaque em 2021 na área de defesa e forças armadas: Ameaças à democracia; As leis de Segurança Nacional e Antiterrorismo; As forças armadas e a pandemia; As forças armadas e a Amazônia; As forças armadas e a segurança pública; Indústria e Orçamento de Defesa; Os militares no governo Bolsonaro; O 7 de setembro.

Deixamos também o convite para ler o [Anuário 2021 Forças Armadas e Defesa no Brasil](#), uma sistematização temática dos resumos dos informes semanais de 2021 e uma análise quantitativa do material jornalístico analisado.

Desejamos uma ótima leitura!

Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas
Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/Unesp)

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas
Juliana de Paula Bigatão (EPPEN-Unifesp)
Marina Gisela Vitelli (EPPEN-Unifesp)

Equipe Informe Brasil- 2021

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira
Juliana de Paula Bigatão
Laura Meneghim Donadelli
Leonardo Pontes Vinhó

Redação

- Alice Tomazzetti da Silveira
- Beatriz Grasiano Campos
- Davi Campos Matos
- Débora Cruz Silva
- Gabriela Araujo da Silva
- Gabriela Lopes Ferreira
- Giovani Nunes de Aguiar
- Giovanna Palas Soares Santos
- Gislaine Amaral Silva
- Grazielly Dourado Santos
- Guilherme Evaristo R. Macieira
- Henrique Muniz Fernandes
- Isadora Antunes Botelho
- Jonas de Paula Vieira
- Juliana Haniu
- Léa Briese Staschower
- Leonardo Pontes Vinhó
- Leticia Beneves
- Lisa Barbosa
- Lucas Rizzati Iquegami
- Maria Júlia Barbosa S. N. Scandiuzzi
- Marianna Braghini
- Rodrigo Freitas de Souza
- Thalia Cristina Vieira Lima
- Yuugo Gushiken

Créditos das imagens:

Capa: Marcelo Camargo/Agência Brasil, modificada pelo ObDEF.

Contracapa: Centro de Comunicação do Exército Brasileiro

Para citar este informe:

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. G. (org). RODRIGUES, J. O.; MATOS, D. C. Militares no governo Bolsonaro. Informe Temático 2021. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2022.

MILITARES NO GOVERNO BOLSONARO

Jorge Oliveira Rodrigues

Pesquisador do GEDES e do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Doutorando em Relações Internacionais no PPG San Tiago Dantas.

Davi Campos Matos

Graduando em Relações Internacionais na UNIFESP. Bolsista PIBEX 2021.

O ano de 2021 foi marcado por uma preocupação crescente da imprensa com a volta dos militares ao cenário político e com os episódios de interferências, interpretados como riscos potenciais à democracia. A militarização do setor energético, a trágica gestão da pandemia de Covid-19 e as constantes manifestações antidemocráticas de generais do governo são alguns dos episódios que geraram críticas na grande imprensa sobre a militarização do governo. Como veremos, a abordagem dos jornais variou de acordo com o acontecimento em questão e, por certo, existem análises e interpretações contestáveis. Todavia, a relevância que o tema adquiriu se expressa na grande cobertura que recebeu, ocupando páginas e páginas dos jornais.



Ocupar e militarizar

Desde 2019, quando Jair Bolsonaro assumiu a Presidência da República, convivemos no Brasil com a participação escancarada dos militares na política. Entre eleitos e nomeados, os militares ocupam o centro da arena política nacional, desta vez com a legitimidade dos votos. Em 2021, novos acontecimentos se somaram aos desenvolvimentos políticos, colocando novamente os holofotes sobre os militares no governo.

Jair Bolsonaro, presidente da República



Fonte: Poder 360. Foto de Sérgio Lima

Ainda em março de 2021, observou-se o que foi tido como uma crise sem precedentes entre governo e forças armadas. A demissão do general Fernando Azevedo e Silva, então ministro da Defesa, e subsequente troca dos comandantes das três forças singulares, num movimento de antecipação do governo, tensionou o sistema político. No lugar de Azevedo, assumiu o Ministério da Defesa o também general, Walter Braga Netto. Antes ministro da Casa Civil e responsável pela Intervenção Federal de 2018 no Rio de Janeiro, Braga Netto é considerado um homem próximo do presidente. A escolha dos novos comandantes, por sua vez, foi vista na imprensa como um aceno ao diálogo e como um indicativo de escolha por uma transição tranquila. De

todo modo, as mudanças ensejaram debates acerca dos riscos de politização das forças armadas.

Não bastasse, o apoio à eleição dos novos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, respectivamente Arthur Lira, do Progressistas, e Rodrigo Pacheco, à época no Democratas, levantou o questionamento sobre uma eventual mudança das bases do governo: dos militares para o Centrão. À época, falava-se mesmo numa reconfiguração dos quadros do governo.

Os rumores de recomposição da administração federal foram suficientes para gerar críticas de militares aliados de primeira hora do governo Bolsonaro, a exemplo do general da reserva Francisco Mamede, ex-presidente do Inep. O embate em torno da aprovação emergencial de vacinas, envolvendo Ricardo Barros (Progressistas-PR), líder do governo na Câmara, e Antônio Barra Torres, contra-almirante e presidente da Anvisa, reforçava a retórica da tensão existente entre os dois grupos.

Ademais, a pressão de parlamentares para a saída do general Luiz Eduardo Ramos da Casa Civil, as alegações do general Eduardo Pazuello acerca de pressões para liberação de recursos do Ministério da Saúde e a repercussão da nota do ministro da Defesa, Walter Braga Netto, endereçada à CPI da Covid no Senado eram indicativos não apenas das dificuldades de acomodação destes interesses divergentes, mas também das tensões das relações com o Legislativo.

Braga Netto, ministro da Defesa



Fonte: Correio Braziliense. Foto de Isaac Nóbrega.

Com efeito, a militarização do governo provocou no Congresso um debate sobre as consequências e riscos desse processo. Dois movimentos merecem destaque. Apelidada de PEC Pazuello, a proposta de emenda constitucional 21/21, apresentada pela deputada federal Perpétua Almeida (PCdoB-AC), buscava estabelecer limites à participação de militares da ativa no governo. O texto atualmente segue em análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados. Por sua vez, o parecer da deputada Margarete Coelho (Progressistas-PI), relatora do novo Código Eleitoral, levantava questões relevantes do ponto de vista da participação dos militares no governo. No texto apresentado na Câmara, e atualmente em análise no Senado, previa-se uma quarentena a militares, juízes, promotores e policiais que almejassem assumir cargo eletivo. Num outro espectro, a nomeação de militares a cargos públicos e autarquias trouxe a militarização do governo para o debate público. Vale lembrar, nesse sentido, o decreto assinado por Bolsonaro em junho de 2021 e que reforçava a presença de militares da ativa no governo. Outrossim, dois casos são emblemáticos. O primeiro, e de maior visibilidade pelo contexto pandêmico, diz respeito ao Ministério da Saúde. O segundo se relaciona à militarização do Ministério de Minas e Energia num contexto da crise energética em 2021.

A administração de Pazuello no Ministério da Saúde e a militarização de cargos relevantes da pasta tornou evidente a inaptidão dos militares na gestão da pandemia. O desenrolar da CPI da Covid, destinada a investigar ações e omissões do governo na matéria, confirmou a

responsabilidade dos fardados. O envolvimento dos militares respingou na instituição. No marco do negacionismo do governo federal, a produção e distribuição de cloroquina envolveu Exército e Aeronáutica em investigação do Ministério Público. Não bastasse, o afastamento de Pazuello da Saúde, sua posterior reintegração ao Exército e a absolvição e sigilo decretados em investigação contra o general por manifestação política dificultaram ainda mais a desvinculação entre a atuação dos militares na Saúde e as forças armadas. Ao fim, Pazuello, ainda na ativa, retornou ao governo, em cargo junto à Presidência.

No setor energético, por sua vez, o quadro é indicativo de uma ocupação similar pelos militares. Além do ministro titular da pasta ser também um militar – o almirante Bento Albuquerque –, a nomeação de membros das forças armadas a autarquias e empresas ligadas à pasta chamou atenção neste ano. Ao todo, em março de 2021, cerca de 92 militares ocupavam cargo de comando em estatais, dentre as quais estão incluídos órgãos e empresas do setor energético como a Petrobrás, Itaipu e Agência Nacional de Petróleo (ANP). Nesse contexto, é compreensível a preocupação das forças armadas com a mais recente crise energética que assolou e ainda ameaça o país.

A indicação do general Joaquim Silva e Luna para o conselho da Petrobrás e sua posterior confirmação como presidente da empresa talvez sejam os aspectos mais sintomáticos deste processo. O general do Exército, que antes havia ocupado cargo na binacional Itaipu, exerce ainda influência em mais de 50 estatais subsidiárias à petrolífera. Ademais, mantém um salário de cerca de R\$ 240 mil mensais, reavivando o debate acerca dos super-salários dos militares no governo.

Joaquim Silva e Luna, presidente da Petrobrás



Fonte: Agência Brasil. Foto de Marcelo Camargo

Com efeito, os militares no governo acumularam benesses não apenas para si, mas também para a instituição. Os embates em torno de salários e orçamento refletiram bem a questão. No dia 29 de abril, a portaria nº 4.975 do Ministério da Economia instaurava um “teto duplo” incidente sobre o pagamento. Sob o pretexto de beneficiar professores e profissionais de saúde, a medida favorecia diretamente os militares no primeiro escalão do governo, que passariam a gozar de um aumento de 69% nos vencimentos. O acúmulo de funções e salários viria a ser uma questão também em algumas estatais– o caso de Silva e Luna, acima mencionado, é relevante nesse aspecto.

Do ponto de vista orçamentário, o governo privilegiou os militares de modo contundente. Além de episódios conhecidos, como os indícios de superfaturamento na compra de picanha e cerveja nos quartéis, as forças armadas experimentaram aumentos salariais e adicionais variados que, somados, acumulavam ao menos R\$ 21,16 bilhões. O Ministério da Defesa, por sua vez, teve um incremento orçamentário de R\$ 4,79 bilhões em relação a 2018.

A militarização do governo, portanto, se reflete de forma material, da ocupação de cargos à distribuição orçamentária, evidenciando um processo em curso no Brasil desde antes da

eleição de Jair Bolsonaro à Presidência. Em 2021, os casos dos ministérios da Saúde e de Minas e Energia, particularmente, evidenciaram as consequências desse processo.

Cabo de Guerra? Centrão e militares no governo Bolsonaro

O discurso corrente nos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo foi de que a entrada do Centrão no governo implicaria uma disputa e possível perda de espaço pelos militares. É o que vemos, por exemplo, em coluna de Igor Gielow da Folha de S. Paulo de 22 de julho. Na mesma linha, coluna do Correio Braziliense indicava que entrada de Ciro Nogueira no governo indicaria desconfiança de Bolsonaro com os militares. Os acontecimentos em torno do voto impresso são sintomáticos desses embates. É importante que se diga, entretanto, que a realidade que se apresenta é de uma acomodação dos militares no governo com os membros do Centrão, no que Ana Penido chama de acomodação pragmática.

Uma crise nunca antes vista?

A demissão de Fernando Azevedo, então ministro da Defesa, e dos comandantes das três forças, bem como as tensões desencadeadas com a participação – e subsequente ausência de punição – de Eduardo Pazuello em ato político ao lado de Bolsonaro ocuparam lugar de destaque na cobertura midiática em 2021.

A crise da demissão foi tratada como a maior crise militar desde os anos 1970. A leitura foi a de que Azevedo e os comandantes saíram maiores do governo, havendo cumprido seu dever institucional. É o que fica evidente em coluna de 31 de março do Correio Braziliense, em que se atribui estritamente a Bolsonaro a responsabilidade pela crise. Havia ainda o receio de que o episódio acarretasse a politização dos quartéis, o que em si demonstra a dificuldade de leitura da mídia quanto à dimensão da politização das forças armadas brasileiras. É interessante considerarmos a coluna de Igor Gielow em que se reproduzia o discurso de embate entre militares e bolsonaristas e afirmava que “na hidra que é o governo, as cabeças da ala militar e a dos bolsonaristas ideológicos sempre se morderam”.

A ausência de punição a Pazuello, por sua vez, gerou comentários similares. Eliane Cantanhêde, por exemplo, indicava em coluna no Estadão que o episódio colocava o então comandante do Exército, Paulo Sérgio de Oliveira, “numa situação delicada”. Marcelo Godoy afirmava, no mesmo jornal, que o episódio acirrava a crise de Bolsonaro com as forças e representava uma “solução imposta ao Exército” pelo governo.

Nesse contexto, merece destaque a crítica contundente – e a voz dissidente, diga-se – da então Ombudsman da Folha de S. Paulo, Flávia Lima, que acusava a acolhida acrítica do discurso de descolamento entre militares e governo.

Politização das Forças Armadas

Diversas colunas e editoriais discutiram os riscos de politização das forças armadas. A imprensa repudiou as declarações do presidente da República nas quais se referia ao “meu exército” e as tentativas de instrumentalizar as forças em seus conflitos com governadores e prefeitos. Colunas e editoriais buscavam contestar a leitura de que as forças armadas seriam

uma espécie de “poder moderador” à disposição do presidente, reforçando o papel constitucional das forças e sua sujeição às autoridades civis.

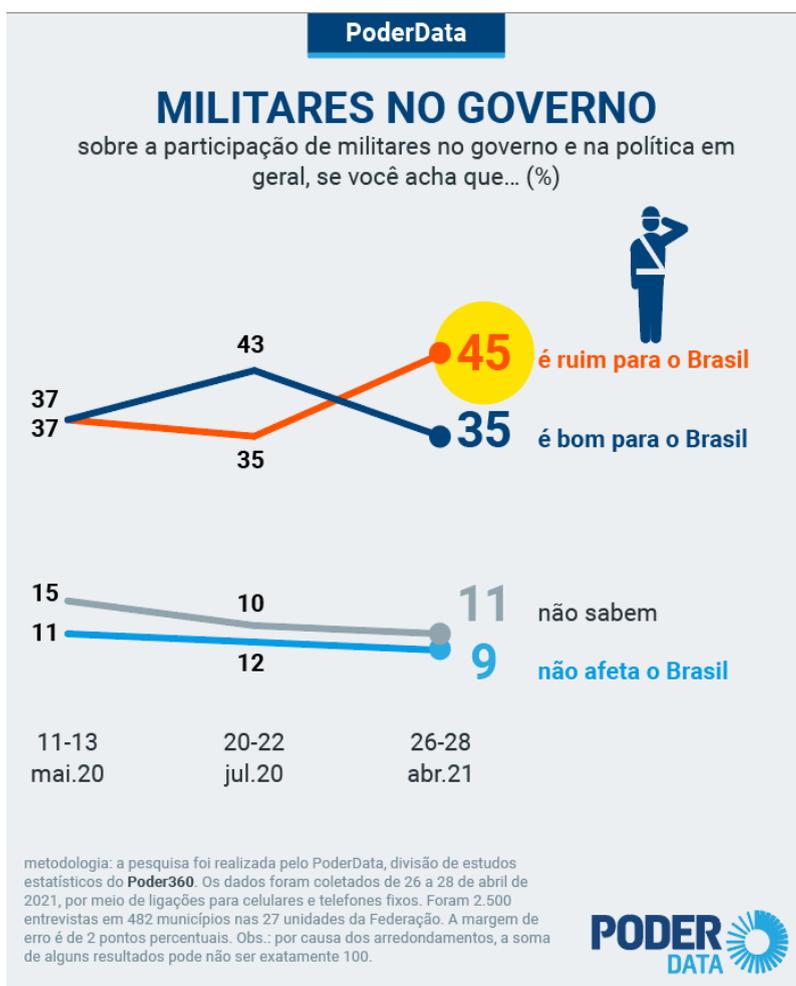
A opinião dos colonistas de que os militares não são um grupo gerador de turbulências foi mudando com o passar do ano, principalmente após a chegada de Braga Netto ao Ministério da Defesa. A emissão pelo general de duas notas em tom de ameaça – uma destinada à CPI da Covid (assinada juntamente aos comandantes militares) e outra em forma de “recado” destinada ao presidente da Câmara dos Deputados acerca do voto impresso –, foram interpretadas pela imprensa como um risco à democracia, aos poderes constitucionais, uma vergonha para as forças armadas, além de representarem um apelo a grupos bolsonaristas presente nos quartéis e nas polícias. Todavia, o discurso corrente traçava uma separação entre as forças armadas como instituição e o governo. Isso ficou evidente na cobertura da não punição de Eduardo Pazuello quando da sua participação em ato político ao lado de Bolsonaro.

De modo geral, a opinião de colonistas parece ser de que, apesar das tentativas do presidente e do ministro da Defesa em alinhar os militares ao seu projeto político, as forças armadas mantiveram-se alinhadas à Constituição e não com o atual governo, sobretudo após a demissão dos três comandantes em março e nas manifestações do 7 de setembro, que não contaram com a participação de militares.

Orçamento e Benesses: o bônus que justifica o ônus

A imprensa contribuiu para a divulgação dos diversos benefícios concedidos aos militares pela administração de Bolsonaro. A cobertura jornalística trouxe à público: o aumento dos salários e reforma de carreira; a garantia de orçamento para os projetos estratégicos; a chamada “portaria do teto duplo”, que permitiu que os militares da reserva pudessem acumular seus rendimentos somados com o salário de seus cargos civis; os mais de 6.000 cargos oferecidos dentro do governo; além do escândalo envolvendo a compra milionária de chicletes e leite condensado pelo Exército.

As críticas se fizeram presentes em textos do O Estado de S. Paulo em que se questionava o uso particular do orçamento pelo



governo e os privilégios concedidos aos militares. A pergunta que resta fazer é: esses benefícios são capazes de cobrir o buraco deixado na imagem das forças armadas?

“Grandes gestores” e o apagão energético

O ano de 2021, ademais, colocou um desafio para o mito de que seriam os militares grandes gestores, aptos a atuar “do alfinete ao foguete”. O exemplo mais relevante, por certo, é o da gestão criminosa de Eduardo Pazuello à frente do Ministério da Saúde. Todavia, é importante colocar luz sobre um outro aspecto: a militarização do Ministério de Minas e Energia e a ocupação dos fardados nas estatais, principalmente no setor energético.

O medo de uma “pazuelização” tomou a imprensa, de forma que abundaram colunas atribuindo aos militares os fracassos em diversas áreas, como a crise energética, a alta dos preços da gasolina e do gás de cozinha e o controle das. O resultado disso foi o aumento histórico da desconfiança da população e da rejeição de militares em cargos do governo.

Nesse sentido, não é fortuita a crítica de Eliane Cantanhêde acerca da nomeação do general Silva e Luna para presidência da Petrobrás. A analogia encontrada pela colunista do Estadão para se referir ao caso foi comparar Bolsonaro e o ex-presidente venezuelano, Hugo Chávez. Da mesma forma, editorial de 20 de fevereiro da Folha de S. Paulo questionava a nomeação do general, tomando-a como um “arroubo autoritário”.

Comentaristas políticos?

Há um elemento interessante que se destaca a partir da análise de mídia e que é sintomático da fragilidade da democracia brasileira. Referimo-nos aqui ao recurso aos militares – muitas vezes em off – para comentários acerca de acontecimentos políticos e mesmo sobre o processo eleitoral. Isso fica evidente nas colunas de Eliane Cantanhêde e de Igor Gielow, ambas reportadas no Informe Brasil 06/2021, em que se dá voz à suposta percepção dos militares sobre a decisão do ministro do STF Edson Fachin que tornava o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva elegível, ou ainda em texto da mesma jornalista em que se atribui a gerais não nomeados o apoio à chamada “PEC Pazuello”. O mesmo se observa em texto veiculado no Correio Braziliense que normaliza a discussão sobre “expectativas” dos militares com as candidaturas para a eleições de 2022.

A voz passiva

Outro fator interessante que se depreende da análise de imprensa é que o tom adotado para se referir aos militares é, de modo geral, a voz passiva. Mesmo na Folha de S. Paulo, que geralmente apresenta uma compreensão mais crítica sobre a presença dos militares no governo, a análise geral foi de que havia uma submissão dos militares a Bolsonaro. No editorial de 19 de maio, por exemplo, a Folha seguia a linha do “um manda, outro obedece” para se referir à relação de Bolsonaro e Eduardo Pazuello. Do mesmo modo, as colunas de William Waack, Eliane Cantanhêde e Igor Gielow atribuíam a agência nos acontecimentos analisados unicamente à Bolsonaro, estando os militares – no governo e enquanto instituição – sujeitos aos desmandos do presidente.

O Sistema Político face à Militarização

O cenário exposto é indicativo do desafio que se coloca para os próximos anos. A militarização da administração pública reflete o retorno dos militares ao centro do poder político e, por certo, traz à tona as consequências e desafios desse processo. As forças armadas se apresentaram como grandes gestores e, “do alfinete ao foguete”, buscaram ampliar sua influência no processo decisório, ocupando cargos e transferindo ao governo seu *ethos* – dinâmica que já vinha em curso, ao menos, desde a administração interina de Michel Temer.

Como indica Ana Penido, o Brasil vive uma confluência de crises, inclusive uma crise militar, que “criou as condições para a reorganização e relativa massificação do Partido Militar”. Nesse contexto, os militares alimentariam a crise e Bolsonaro, de acordo com sua interpretação, seria o “espelho dessa confluência de crises”. Mesmo assim, é importante reconhecer que a associação entre militares e o governo Bolsonaro não é absoluta.

As consequências desse processo são muitas e profundas. O custo humano da desastrosa condução da pandemia por um general da ativa, a implicação de militares em supostos esquemas de corrupção na negociação de vacinas e a produção de medicamentos sem eficácia contra a Covid-19, fatores expostos pela CPI da Covid, configuram apenas a face mais visível desse fenômeno.

Como alertam Suzeley Kalil e Jorge Rodrigues, o militarismo, junto ao racismo, e machismo que prevalecem em nossa sociedade, é o obstáculo a ser enfrentado para superação das violências estruturais que nos são fundantes e para a construção de uma democracia de fato no Brasil. Nesse sentido, algumas considerações são importantes:

1. Não há democracia quando o sistema político se vê constantemente ameaçado pela ingerência de uma instituição armada. O controle civil das forças armadas é fundamental para o pleno funcionamento da democracia burguesa. Trata-se de desafio que exige comprometimento do sistema político como um todo.
2. Se é verdade que nem todos os militares são bolsonaristas, é certo que sua participação no governo não expressou um designo estrito de Jair Bolsonaro. Ou seja, a ida de membros das forças armadas para o governo representou, também, um ímpeto dos próprios militares, enquanto sujeitos ativos. Isso, por sua vez, exige que busquemos entender as causas dessa decisão e quais suas raízes. Um indicador relevante é a politização das forças armadas enquanto instituição – que, em nosso entendimento, é um elemento estrutural.
3. Por fim, é preciso repensar o papel das forças armadas. Se, como afirma Suzeley Kalil, “temos Forças Armadas que se colocam pra além do Estado, acima do Estado”, é preciso pensar a pertinência de tal instituição e, principalmente, refundá-la. Esse processo perpassa necessariamente pelo debate profundo, com as partes interessadas e com a sociedade civil, sobre o futuro da instituição e sobre qual seu papel no projeto de país que se almeja.

Leituras e materiais recomendados

Ana Penido

[Brasil: uma nação interrompida pelo Partido Militar](#)

Suzeley Kalil

[Entrevista para o Congresso em Foco](#)

Ana Penido, Jorge Rodrigues e Suzeley Kalil

[As Forças Armadas no governo Bolsonaro](#)

Suzeley Kalil e Jorge Rodrigues

[¿Quién vigila a “los guardianes” de la democracia en Brasil?](#)

Jorge Rodrigues

[A CPI esqueceu dos generais?](#)

GEDES- Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional

Fundado em 2001, o GEDES é um grupo multidisciplinar que reúne graduandos, pós-graduandos, mestres e doutores dedicados a analisar questões relativas à Paz, Defesa e Segurança Internacional, favorecendo a troca de informações entre seus pesquisadores através da promoção de reuniões de leitura e discussão.

Nossos produtos

- [Observatório de Política Exterior](#)
- [Observatório Sul-Americano de Defesa e FA](#)
- [Observatório de Conflitos](#)
- [Cenários Prospectivos](#)
- [ERIS – Defesa e Segurança Internacional](#)
- [ATLAS da Defesa Sul-Americana](#)
- [Rede Nacional de Estudos Estratégicos](#)
- [Dicionário de Segurança e Defesa](#)



ObDEF- Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas

O ObDEF é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios ([Eppen](#)), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática

